



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD

GESTÃO 2016 / 2018

Data: 03/08/2016

Horário: 14horas

Local: Auditório Hélio Moreira - Paço Municipal

Pauta:

1. Aprovação da pauta da 2ª Reunião Ordinária;
2. Deliberação da ata da 2ª Reunião Extraordinária Gestão 2014-2016 e da 1ª Reunião Ordinária da Gestão 2016 -2018.
3. Relato de Comissões;
4. Informes Gerais

Relato da Comissão

Reunião da Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade

Realizada dia 27 de julho de 2016

Horário: 14h **Local:** SASC

Membros da Comissão Presente: Wania da Silva Lopes Damas, Ricardo Alexandre Vieira, Mileni Emanuela Nunes Friedrich, Cherlton de Castro Guedes, Nivaldo Barbosa de Lima,

1. A comissão recebeu os representantes da Diretoria de Fiscalização da Secretaria de Gestão: Rubens Marin Neto (Gerente de fiscalização), Marco Antônio Lopes de Azevedo (Diretor de fiscalização) e Marina Cappellazzo Miguel (engenheira) para apresentação dos itens que vão compor o check list da fiscalização. Esses itens essenciais são para desenvolver uma normativa do município de Maringá e foi solicitado a contribuição do Conselho até o dia 04/08/2016.

2. Relato da audiência na 14ª Promotoria de Justiça sobre a construção do novo Terminal Urbano de Maringá – A Promotora esclareceu que segundo informações da SETRAN – Secretaria de Trânsito, está previsto a construção do novo terminal urbano em Maringá, no mesmo local onde o atual está localizado, com projeto que prevê a completa adequação do local às normas de acessibilidade; que já foi feita a licitação de obras, as quais começarão em dois meses; que a expectativa da obra é para daqui 1 ano e meio;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

que os pontos estão sendo realocados e serão deslocados para as proximidades do atual terminal enquanto a reforma não for concluída. Durante a reforma a intenção é reimplantar o terminal temporariamente no pátio do antigo terminal. A promotora destacou que é necessário o Conselho requerer informações e auxiliar na comunicação das mudanças. **Parecer da Comissão:**

- Convidar representante da SETRANS para a próxima reunião da Comissão para apresentação do plano de atendimento durante a obra.
- Solicitar o projeto do novo Terminal Urbano e convidar representante da Secretaria de Obras Públicas – SEMOP para apresentar ao Conselho.

3. Passe Livre Interestadual – Foi discutido na comissão que o decreto federal nº 3691 de 2000 prevê que as empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional. Ocorre que atualmente as empresas estão substituindo os ônibus convencionais pelos executivos, limitando os dias e horários para os beneficiários do passe livre. **Parecer da Comissão:**

- Encaminhar solicitação ao CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ao Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.
- Convidar reunião com representantes do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI para acionar o Ministério Público por meio de Ação Civil Pública.

4. Norma Regulamentadora nº 20001 de 15/06/2016 referente a Calçadas - Desenho, Acessibilidade e Mobilidade. Nessa norma, a faixa de acesso, quando existente, é a área da calçada destinada a servir de apoio à implantação da edificação, possuindo largura fixa de 0,70m (setenta centímetros), e **poderá eventualmente**, conter rampas destinadas ao acesso de veículos e pedestres à edificação, a fim de possibilitar ajustes nos desníveis existentes entre a calçada e o terreno. A comissão entende que ficou aberta a possibilidade de rampas e que não é garantido que a inclinação será dentro do padrão de até 8,33%, podendo ser um risco para os pedestres. **Parecer da Comissão:** Que a norma seja alterada, sendo estabelecido o critério de que poderá conter rampas apenas nos imóveis consolidados em bairros antigos e que tenha uma declividade muito acentuada, mas não permitir em região central e nem comercial.

5. Ofício nº 486/2016 da 14ª Promotoria de Justiça, informando acerca das providências adotadas abaixo:

- Em relação ao ofício nº 27/2016 enviado pelo CMDPD referente a obstáculos colocados por comerciantes e irregularidades nos passeios públicos, oficiou-se a Diretoria de Fiscalização para que tomasse providências a fim de atender as solicitações;
- Sobre o cartão do Passe Livre do Município, alegou que o sistema foi implantado recentemente e está funcionando adequadamente, sendo que a apresentação de documento pessoal não tem acarretado problemas, atraso no embarque ou reclamações naquele órgão.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Informe

1. A Comissão de Políticas Públicas e Acessibilidade manterá a agenda de reuniões na última quarta-feira de cada mês às 14 horas na SASC.

2. Ofício nº 09/2016 da Pontifícia Universidade Católica - PUC em resposta ao ofício nº 03/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, sobre a discussão I Encontro Temático Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para a seleção, o ingresso, a permanência da pessoa com deficiência e a terminalidade dos estudos nas instituições de ensino superior de Maringá.

3. Ofício nº 23/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE em resposta ao ofício nº 10/2016 do I Encontro Temático Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência sobre a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

4. Ofício nº 428/2016 da Secretaria de Esportes e Lazer comunicando o descumprimento da Cláusula Quarta do Termo de Autorização de uso no campo de futebol suíço do Centro Esportivo Oswaldo Ferreira Lima.

5. Verificar com as comissões datas de reuniões:

- 10/08/16 às 14 horas na SASC Comissão de Cadastro e Acompanhamento
- 17/08/16 às 14 horas na SASC Comissão de Comunicação
- 24/08/16 às 14 horas na SASC Comissão de Finanças

** Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência :*



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Acessibilidade : possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;